

5ta Edição do Curso Internacional de Políticas Públicas em Direitos Humanos 2021

A presente edição do Curso Internacional Políticas Públicas em Direitos Humanos é organizada conjuntamente pelo Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

Trata-se de um curso com uma fase virtual que tem início em maio e uma segunda fase onde os participantes apresentam os trabalhos finais e terão aulas com especialistas das diversas temáticas desenvolvidas no curso. Os participantes podem obter uma especialização no Sistema Interamericano através da realização de um curso optativo de 2 dias de formação no mês de agosto, também em modalidade virtual.

Marco Institucional:

O Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (IPPDH) é um organismo intergovernamental criado no ano de 2009 por decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) 14/09. Tem como principais funções a cooperação técnica, pesquisa, capacitação e apoio na coordenação de políticas regionais de direitos humanos.

O objetivo do IPPDH é “contribuir com o fortalecimento do Estado de Direito nos Estados Partes, mediante o desenho e acompanhamento de públicas em Direitos Humanos, e contribuir para a consolidação de Direitos Humanos como eixo fundamental de desenvolvimento do MERCOSUL”. Além disso, tem como função “prestar assistência técnica no desenvolvimento de atividades de capacitação na promoção e proteção dos Direitos Humanos para funcionários das instituições de Direitos Humanos dos Estados Partes”.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) é um órgão principal da Organização dos Estados Americanos (OEA), que tem como função promover a observância e defesa dos direitos humanos nas Américas e servir como órgão consultivo da organização na matéria. Foi criada pela OEA em 1959 e instalada em 1979.

O mandato da CIDH está estabelecido no artigo 106 da Carta da OEA, assim como na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José), adotado em 22 de novembro de 1969, com entrada em vigor no dia 18 de julho de 1978. A CIDH desempenha suas funções com base em três eixos de trabalho: o sistema de petições individuais; o monitoramento da situação dos direitos humanos nos Estados Membros e a assessoria e cooperação técnica com os Estados. Entre as funções da CIDH encontram-se encontram:



IPPDH
Instituto de Políticas Públicas
em Direitos Humanos



CIDH
Comissão
Interamericana de
Direitos Humanos

estimular a consciência dos direitos humanos e realizar atividades de promoção e formação de funcionárias e funcionários públicos e membros de organizações da sociedade civil.

A Escola Internacional do IPPDH é uma instância de coordenação técnica que responde à necessidade da normativa fundacional do instituto. É um centro de altos estudos no qual se exerce a função de organização e desenvolvimento de capacitações e formação que articula conhecimentos políticos e acadêmicos do mais alto nível em diálogo com os saberes sociais, orientados a fortalecer as capacidades do governo e gestão de políticas com o enfoque de direitos, em níveis nacionais, estaduais/provinciais, local e regional.

Por sua vez, a CIDH estabeleceu como seu objetivo estratégico 3 impulsionar o fortalecimento institucional e a construção de capacidades de atuação das organizações e redes de atores sociais em defesa dos direitos humanos. Em particular, o Plano Estratégico prevê o Programa Ampliado de Capacitação e Promoção do Pensamento e Cultura em Direitos Humanos e o Programa de Cooperação Técnica em Matéria de Institucionalidade e Políticas Públicas com Enfoque em Direitos Humanos, através do qual promove políticas públicas orientadas a fortalecer o respeito aos direitos humanos como um elemento central dos processos de fortalecimento das capacidades nacionais de implementação dos padrões interamericanos de direitos humanos.

É nesse contexto que foi concebido e desenvolvido o Curso Internacional de Políticas Públicas em Derechos Humanos, que já conta com três edições (2016, ano 2017, ano 2018 e ano 2019), cujo objetivo principal foi a construção de conhecimento para a gestão de políticas públicas a partir de uma perspectiva de direitos humanos assumindo marcos teóricos e ferramentas atuais e adequadas. Propõe também um espaço de formação e debate para a geração de “comunidades de prática” que abordam desafios que gestores de políticas públicas da região enfrentam atualmente.

Participantes:

Funcionários públicos responsáveis pelo desenho, direção, execução e avaliação de políticas públicas, membros de organizações e movimentos sociais, acadêmicos dos estados membros do MERCOSUL e da OEA.

Serão admitidos até 100 participantes mediante uma convocatória de carácter aberto.

No processo de seleção, será considerada a representação geográfica, disciplinaria, étnico/racial, de gênero, de pertencimento institucional e também será valorizado de forma especial o papel decisório que o participante tem com relação às políticas públicas.

O curso não implica em nenhum custo para os selecionados, ou seja, não é necessária nenhuma matrícula para participar

Objetivos:

O Curso Internacional de Políticas Públicas em Direitos Humanos busca formar e fortalecer as capacidades de atores relevantes das Américas no enfoque de direitos nas políticas públicas. A partir de uma perspectiva que reconhece as contribuições e desafios da região, é oferecida uma aproximação das experiências existentes e dos desafios que os direitos implicam à institucionalidade estatal.

Metodología:

FASE VIRTUAL	11 de maio a 31 de agosto de 2021.
Entrega do anteprojeto	Julho 2021
Apresentação do trabalho final	Setembro 2021
Especializacao sobre SIDH	Agosto 2021 (dois dias)
Semana obrigatoria de finalización	Primeira semana de outubro 2021 ¹

O processo de estudo oferecido através do Curso Internacional combina a formação teórica e prática nos campos de pensamento Americano, o direito internacional dos direitos humanos, o Sistema Interamericano de Proteção, ciências sociais, humanidades e administração pública, com apresentação de experiências práticas de alto impacto para a garantia dos direitos implementada nos Estados da região nos últimos anos.

A dinâmica de troca entre os participantes do curso, vindos de âmbitos acadêmicos, estatais e da sociedade civil, constitui em si mesmo um foro para identificar problemas, obstáculos, recursos e oportunidades para o fortalecimento de instituições e políticas centradas em direitos humanos.

Em síntese, o Curso Internacional se propõe a integrar um enfoque teórico-prático com a socialização de experiências significativas de políticas públicas em direitos humanos. Ao mesmo tempo, se caracteriza como um espaço de diálogo em torno à construção de direitos, entendidos a partir de um amplo espectro que vai desde as lutas sociais até a

¹ Todas as datas neste documento ainda são provisórias

efetiva satisfação dos direitos através de políticas públicas consistentes com as necessidades e demandas da população.

Conteúdo do curso:

O curso combina uma oferta de temas permanentes com outros de caráter conjuntural, a partir das dinâmicas históricas da região. Além disso, oferece ferramentas essenciais para a análise dos principais processos que atravessam a região americana e que representam desafios à plena vigência dos direitos humanos. Os temas permanentes oferecem um campo específico de construção e gestão de políticas públicas em direitos humanos, que exige formação técnica e política com capacidades para gerar propostas com incidência nas práticas levadas adiante pelos Estados em suas distintas instâncias. As experiências apresentadas permitem identificar, além das tensões e desafios, alguns pontos fundamentais para construção de futuras propostas.

Fase virtual:

Esta fase foi pensada com o fim de desenvolver os aspectos técnicos e de gestão, favorecendo a análise de experiências concretas, nas quais se viabiliza a aplicação ou não dos princípios gerais do enfoque de direitos nas distintas fases do ciclo de política pública. Além disso, permite aos participantes se aprofundarem em aspectos específicos do ciclo das políticas públicas desde uma perspectiva de direitos e analisarem experiências concretas dos países da região.

As sessões virtuais terão 13 módulos (um por semana, mais semanas de revisão cada 2 ou 4 módulos), começando no dia 11 de maio e terminando em 31 de agosto.

Nesta edição, além dos conteúdos teóricos obrigatórios e complementares que estarão disponíveis toda semana junto com o diretriz de participação no fórum, serão realizadas aulas virtuais sincronizadas por especialistas de ambas as instituições que desenvolverão os conteúdos do eixo temático proposto, onde terão um intercâmbio dinâmico com os participantes do curso, além das intervenções que serão realizadas no fórum com os tutores. Essas aulas serão registradas caso o participante não possa participar do cronograma estabelecido.

Uma vez atendidos os requisitos da fase virtual (participação nos fóruns de cada módulo e apresentação do projeto preliminar), os participantes terão um período de tempo para apresentar seu trabalho final, que será apresentado durante a semana de encerramento. A participação nesta semana é obrigatória.

IMPORTANTE: são necessárias aproximadamente 4 a 6 horas por semana para participar da fase virtual, que inclui participação no fórum, participação nas aulas síncronas e leitura de materiais teóricos propostos pela equipe docente.

Tabela de conteúdos:

Módulo	Data	Atividade-Módulo
1	11/05	Apresentação dos participantes – bem-vindo ao curso
2	18/05	Democracia e Direitos Humanos
3	25/05	Aproximação ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos
4	01/06	Integração regional, políticas públicas e direitos humanos
-	08/06	SEMANA DE REVISÃO
5	15/06	Pandemia de COVID-19 e seu impacto no acesso a direitos
6	22/6	As políticas públicas – noções conceituais
7	29/6	Abordagens para gestão de políticas públicas e enfoque de direitos humanos
	6/7	SEMANA DE REVISÃO Segunda-feira, 21/06 entrega de Anteprojeto
8	13/07	Igualdade e não-discriminação
9	20/7	Produção, acesso à informação
10	27/7	Sistema de indicadores
-	3/8	Aula virtual simultânea de Trabalho Final - equipe CIDH-IPPDH Entrega de comentários de anteprojeto
11	10/08	Participação em políticas públicas
12	17/08	Módulos temáticos
13	24/08	Módulos temáticos

	31/08	A especialização em SIDH (opcional) será realizada em dois dias de trabalho.
	Semana de 13 de setembro	ENTREGA DO TRABALHO FINAL
	Primeira semana de outubro	SEMANA FINAL OBRIGATÓRIA (MODALIDADE VIRTUAL) – os participantes apresentam seus trabalhos finais e participam de painéis com especialistas

Especialización en el SIDH (optativa):

Para os participantes que optarem pela especialização no Sistema Interamericano, o evento de dois dias incluirá sessões específicas sobre uma introdução ao funcionamento de cada um dos mecanismos da CIDH, assim como discussões e reflexões sobre o papel do Sistema Interamericano de Direitos Humanos na área de políticas públicas nos Estados da região.

Consiste em uma oficina de formação com ênfase em conteúdos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, incluindo o intercâmbio de experiências, desafios e boas práticas relevantes na temática. As jornadas de oficinas serão ministradas pelos especialistas em Direitos Humanos da Secretaria Executiva da CIDH e membros do IPPDH.

Semana de fechamento obrigatório:

Embora em edições anteriores o fechamento tenha sido feito pessoalmente, com comparecimento obrigatório para a obtenção da certificação, o contexto atual da crise sanitária causada pela pandemia COVID-19, levou as instituições que organizaram o curso a redesenhar esta fase e a desenvolvê-la em formato virtual. É importante especificar que o curso da semana de encerramento é obrigatório.

As sessões de treinamento correspondentes à semana de encerramento obrigatório permitirão que o trabalho desenvolvido durante os meses de intercâmbio on-line seja compartilhado. Eles incluirão palestras sobre os vários tópicos relacionados à gestão de políticas públicas a partir de uma perspectiva de direitos, e painéis de discussão sobre os diferentes tópicos trabalhados, facilitando assim espaços de diálogo e construção coletiva de conhecimento, e também a implementação de colóquios sobre experiências específicas.

Esta atividade, cujos temas serão definidos de acordo com os objetivos estratégicos da IPPDH e da CIDH, e levando em conta elementos da situação regional, incluirá a realização de palestras de alto nível, que também serão capazes de analisar experiências significativas e lições aprendidas com a abordagem baseada em direitos e o desenvolvimento de políticas de direitos humanos nos países da região.

Critérios de admissão e participação do curso

As pessoas selecionadas para participar da quinta edição do curso internacional de política pública em direitos humanos serão publicadas no site de ambas as instituições e receberão um aviso e uma carta de compromisso a ser preenchida e assinada, na qual se comprometem a participar de todas as atividades do curso, incluindo a participação na semana obrigatória da cerimônia de encerramento. Será dado um prazo para o recebimento das cartas, não aceitando as que forem recebidas após a data estipulada.

IMPORTANTE: Iniciada a fase virtual, as pessoas que não participem do campus nas primeiras duas semanas serão removidas automaticamente e substituídas pelos candidatos selecionados como suplentes para a vaga.

Aprobación del curso

A aprovação do curso internacional requer o cumprimento dos requisitos da fase virtual (participação obrigatória nos fóruns, apresentação do tema do trabalho final e entrega do projeto preliminar), a elaboração do trabalho final e a participação na semana de encerramento obrigatória.

O **anteprojeto** é um exercício de aplicação do conhecimento adquirido durante o curso a partir de uma situação hipotética ou real proposta pelo/a participante. Uma vez que o anteprojeto seja corrigido, o participante pode dar seguimento à escrita do **trabalho final**, que deve ser apresentado na semana de fechamento.

Propõe-se que o trabalho final se concentre em uma política pública de direitos humanos, que pode assumir duas formas: uma proposta de política pública que requer a intervenção do Estado ou uma proposta para a avaliação de uma política pública existente. O trabalho final, assim como a minuta preliminar, são requisitos necessários para a conclusão do curso. Este trabalho será revisto e serão enviados comentários que os participantes poderão incorporar em sua apresentação durante a semana de encerramento obrigatório.

Aqueles que atenderem aos requisitos da fase virtual e participarem da semana obrigatória do curso receberão um certificado de conclusão.

IMPORTANTE: O conteúdo dos trabalhos e das intervenções dos e das participantes ao longo do curso serão considerados como opiniões e expressões individuais. Os comentários não serão tomados como representativos das instituições a que pertencem

Equipo docente:

Cada módulo está a cargo de um responsável, membros do IPPDH e/ou CIDH, e convidados (expertos e docentes de outros cursos ofertados pelo instituto ou participantes de edições anteriores do Curso Internacional). Além disso, os participantes contam com a coordenação acadêmica e assistência técnica durante todo o processo, que devem orientar os participantes na elaboração dos anteprojetos e trabalhos finais. Os membros da equipe do IPPDH e da CIDH vão oferecer assistência técnica, devem corrigir os anteprojetos e trabalho escrito sobre o Sistema Interamericano quando aplicável, e agregarão observações aos trabalhos finais.

Por outro lado, o corpo docente da semana de encerramento é composto tanto por figuras proeminentes do mundo político, acadêmico e de organizações sociais, como especialistas nas questões levantadas.